

AVALIAÇÃO E TENSÕES ESTADO, UNIVERSIDADE E SOCIEDADE NA AMÉRICA LATINA

Denise Leite* ¹

Introdução

Estado e Universidade na América Latina via de regra mantêm entre si relações de tensão constante. Em verdade, o Estado benevolente e a Universidade auto-justificada por formar as suas elites, constituem um domínio do passado. Por isso, a análise do hoje, não pode ser levada a efeito sem a compreensão dessas relações. Especialmente porque as Universidades Latino-americanas, enquanto instituições historicamente datadas², sofreram intervenções, fruto de regimes ditatoriais recentes (Argentina 1976-1983; Brasil 1964-1985; Chile 1973-1990) que mudaram seu perfil na sociedade. Por outro lado, mesmo com a descontinuidade política dos governos, quer em períodos ditatoriais, quer não, o Estado realizou a aproximação com as Universidades via promoção de políticas de Ciência e Tecnologia, por exemplo, ou ao inverso, delas buscou distanciamento, via desregulação e privatização (Brunner, 1990; 1993).

As tensões criadas, pelo lado das Instituições, por sua vez, fazem emergir culturas de sobrevivência que se caracterizam por períodos de **submissão** com aceitação de normas e diretrizes emanadas dos poderes centrais ou de **reatividade** quando reagem a estas normas e regras encontrando caminhos próprios para seus fins, muitas vezes ao arrepio das leis propostas. Ou, ainda, podem estas instituições desenvolver culturas **antecipativas** quando se colocam à frente do Estado, impondo seus interesses e intenções (Franco, Leite e Morosini, 1989).

As tensões relacionais, quer sejam elas vistas pelo lado do Estado, quer pelo lado das Universidades, envolvem basicamente o controle e a manutenção dessas instituições, em última análise, suportadas pela sociedade.

Neave, em estudo de 1988, identifica a presença do Estado Avaliativo e da sua força sobre os sistemas de ensino superior. Tal força se explica pelo crescente aumento dos gastos públicos com a educação superior. Na medida em que o dispêndio público se torna inelástico, a universidade pode reduzir a qualidade de sua ação educativa. Tal fato afeta diretamente as sociedades que em tempos de reordenação capitalista baseiam suas economias em práticas competitivas de mercado para as quais necessitam de competência e criatividade, de novos conhecimentos e tecnologias.

Tais circunstâncias mudam a compreensão da missão das Universidades na sociedade e, sem dúvida, têm ampliado as cobranças sobre a sua legitimidade e autoridade para proceder como procede. Nessa contextura emergem os processos avaliativos. Via de regra estes processos têm mão única - do Estado para a Universidade.

“Quando o Estado decide conduzir a avaliação da universidade, opta, em geral, pela lógica reguladora que tem na avaliação de resultados ou de produto, na combinação quantitativo/qualitativo, e na comparatividade sua via própria de sentido e desenvolvimento de critérios. Esta é a lógica preferencialmente adotada pelos Estados modernos mais desenvolvidos nos quais o mercado, com suas metáforas economicistas e empresariais preside as relações entre as partes. (Leite e Bordas, 1995)”

No trabalho que segue vamos mostrar que no Cone Sul da América Latina, o Estado Avaliativo também se faz presente, porém, as Universidades reagem a ele de forma diferenciada.

No Brasil a comunidade acadêmica das Universidades Públicas antecipa-se ao Estado tomando a si a responsabilidade pela avaliação, negociando seus formatos e modos de participação.

Na Argentina e no Chile o Estado mantém o controle das Instituições via políticas de credenciamento como no Chile e procedimentos avaliativos, como na Argentina. Nos dois países os estudantes estão contribuindo financeiramente com a Universidade Pública.

No Uruguai e no Paraguai os processos avaliativos ainda não tomaram a ênfase dos demais países do Cone Sul.

Como contraponto para esta análise, em termos de América Latina, acrescentamos algumas perspectivas da ava-

* Parte das idéias desenvolvidas neste texto foram aproveitadas para a produção do artigo “The evaluation of Higher Education Systems in Latin America” com Maria C.M. Figueiredo publicado no World Yearbook of Education, Edição 1996, Kogan Page Ltd, Londres, UK.

¹ Prof. Titular UFRGS. Pesquisador CNPq.

² Entre as mais antigas Universidades do Cone Sul da América figuram: Universidade do Chile (Chile), 1842; Universidade Mayor de S. Carlos de Córdoba (Argentina), 1613; Universidade de Buenos Aires (Argentina), 1821; Universidade do Uruguai (Uruguai), 1860 (Hoje Universidad de la Republica); Universidade Nacional de Assunção (Paraguai), 1889.

liação das Universidades realizada no léxico. Considerada por alguns como uma "gentle evaluation" este processo guarda a autenticidade de se estabelecer com o conhecimento dos reitores através do diálogo ANUIES e CONAEVA.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA ARGENTINA³

Antecedentes

A temática de avaliação na Argentina, segundo Marquis (1994), começou a ser discutida nos encontros convocados pelo CIN (Conselho Universitário Nacional), órgão que coordena a alta administração das Universidades públicas, com apoios da OUI (Organização Universitária Internacional) e CRE (Conselho de Reitores Europeus). Foram realizados assim o I e o II Encontro Interuniversitário Nacional sobre a Qualidade e Avaliação Universitária, respectivamente, em Salta e Rosário nos anos de 1991 e 1992.

Em 1991, com o apoio do Banco Mundial, o MCE (Ministério de Ciência e Educação) e o CIN (Conselho Universitário Nacional) elaboram um projeto educativo que tem por nome "Subprojeto 06: Fortalecimento de Gestão e Coordenação Universitária". Tal projeto desencadeou um "efeito boomerang" ao propor avaliação de qualidade, externa à iniciativa das universidades (Mollis, 1994, p. 120), sendo percebido como ameaça à autonomia universitária.

Outros encontros, seminários e "talleres" foram realizados sobre a temática. Destaca-se dentre eles o "Taller Nacional de Elaboração de Documentos para a Avaliação e o Planejamento Universitário" em Córdoba (1993).

Porém, em nível de Ministério, a questão da avaliação se consolida como meta governamental quando da criação da SPU (Secretaria de Política Universitária) em 1993. Ao estabelecer-se esta Secretaria com o propósito expresso de "modificar as complexas relações" do governo com as

Universidades, tinha entre seus objetivos: "promover a avaliação para o melhoramento da qualidade universitária" e, na prática, obter "indicadores objetivos de situação e desempenho" para a dotação de recursos às Universidades, estabelecendo convênios para Avaliação da Qualidade das Universidades (Marquis, 1994).

Pela Lei de Educación Superior nº 24521, sancionada em 20 de julho de 1995, a avaliação institucional está contemplada no Título III, capítulo 4, Artigo 25 que dispõe sobre as atribuições do Conselho de Cultura e Educação para a adoção de critérios e bases comuns de avaliação para todas as instituições de ensino superior e pela Seção 3, do Capítulo 3, do Título IV que dispõe sobre a avaliação e a acreditação. Avaliação interna, seguida de avaliação externa deverá ser realizada a cada 6 anos "no marco dos objetivos definidos por cada instituição".

Convênios de avaliação de qualidade - MCyE/SPU

Proposto como experiência piloto de avaliação, os convênios são firmados entre o MCE e as Universidades. À estas cabe desenvolver o projeto de Avaliação Interna e ao MCE o pagamento das atividades de Avaliação Externa. As Universidades que subscrevem o convênio devem comprometer-se a realizar avaliação, planejamento estratégico e programas de melhoria da qualidade universitária. Constituem pontos e pautas mínimas da qualidade propostas aos Convênios, segundo Marquis (1994)

1- Quanto aos produtos:

- estudo e discussão da avaliação com explicitação dos objetivos e políticas da Unidade de Análise.

- planos de melhoria da qualidade acadêmica a curto e médio prazo (1 a 3 anos).

2- Quanto ao processo:

- participação dos colegiados no processo
- as Universidades propõem as unidades de análise
- Universidades definem a metodologia e procedimentos de avaliação

- comissão de auto-avaliação para cada unidade de análise (Avaliação Interna)

- aspectos a avaliar: corpo docente, de investigação, estudantes, infra-estrutura, recursos, graduação e pós-graduação, pesquisa, extensão, ensino-aprendizagem e gestão e administração.

- Avaliação externa feita por Comissão formada por membros que atendam aos critérios de seleção de jurados ou avaliadores de projetos.

Até o ano de 1994 sete universidades assinaram os Convênios. A Universidade de Buenos Aires responsável por 1/3 das matrículas nacionais (cerca de 200.000 alunos) não aderiu ao programa.

³ A Argentina, país mais austral da América, com um PNB de US\$ 199.138 mil milhões tem uma população de 33.487.000 habitantes (taxa de crescimento de 1,2%) que habitam um território de 2.766.889 Km². O sistema de ensino superior engloba 31 Universidades Nacionais (federais), 6 Provinciais (estaduais) e 36 Universidades privadas (laicas e confessionais). O sistema de ensino superior argentino tradicionalmente autônomo está presentemente regulado pela Lei Federal de Educação nº 24195 de abril de 1993 que cria a Secretaria de Políticas Universitárias (SPU). O controle é exercido através de medidas que envolvem financiamento das universidades estatais, integração, reflexão e coordenação do sistema e promoção da avaliação institucional e reordenação das universidades privadas (Dec. 2330/93). No sistema de ensino superior argentino estão matriculados 1.077.192 estudantes (1992). IBGE - Mercosul. Sinopse Estatística 1993 vol I. The Europa World Year Book, 1994 V. I Europe Publications Limited, London, 1994

Considerações

O sistema de ensino superior argentino tem na autonomia sua referência básica. É de conhecimento geral que, em 1918, neste país se realizou a primeira reforma universitária de que se tem notícia para a época. Esta reforma impulsionada pelos estudantes estabeleceu o co-governo, a criação de cátedras livres, a melhoria do ensino e do corpo docente (Marquis e Porta, 1992). Esta autonomia, tão cedo instalada, esteve ameaçada em diferentes momentos históricos. Porém, não deixou de ser um dos pressupostos básicos da idéia de universidade que forma o imaginário acadêmico, especialmente dos docentes e estudantes das universidades públicas. Tal concepção se vê ameaçada na atualidade por um discurso privatizante e uma prática visível de a) expansão das instituições particulares e b) do cerco às universidades através de reduções financeiras, incentivo ao financiamento complementar combinado agora com a cobrança de matrículas.

Neste contexto, a relação Estado-Universidade no que diz respeito aos procedimentos avaliativos, tende a ser de dúvida e suspeita, de parte a parte. A questão que se impõe para discussão diz respeito ao fato de que o Estado “tradicionalmente exerceu o controle, simultaneamente com a intervenção direta na produção de serviços e na atualidade, em troca, tende a conservar a função de controle e não a de prestação”. (Mollis, 1994)

Por parte das Universidades, de tradição autônoma e pública, as tendências modernizadoras do Estado são vistas como trazendo embutidas uma idéia de avaliação tipo “punição”. A imposição de racionalidades avaliativas estimuladas por governos pragmáticos que vêem as universidades como empresas, são rejeitadas pelos docentes e pelos estudantes e os reitores (CIN) que assumem uma cultura francamente **reativa do tipo radical crítico**, sem adaptação. A percepção das universidades, diz Mollis (1994), reside na impossibilidade do consenso explícito ou do acordo racional quanto aos programas de avaliação como até agora tem sido proposto pelo Estado. Ainda é cedo, no entanto, para conhecer a prática de funcionamento de lei nº 24521/95 que prevê a avaliação regular pela Comissão Nacional de Avaliação e Acreditação.

AValiação INSTITUCIONAL NO BRASIL⁴

Antecedentes

Para o sistema de ensino superior brasileiro a convivência com procedimentos avaliativos institucionais não é nova. Desde 1977 o sistema de pós-graduação vem sendo avaliado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) através de relatórios anuais, credenciamento de cursos, credenciamento a cada dois anos com visitas aos locais e avaliação por pares. Os critérios e indicadores usados, ao longo do tempo, têm se refinado, constituindo hoje um sistema exemplar, inclusive para outros

países. Os resultados da Avaliação, expressos em conceitos, são divulgados pela imprensa e servem para a alocação de recursos e concessão de bolsas.

Por outro lado a pesquisa, produzida nas Universidades, o desempenho das áreas do conhecimento e a atividade dos pesquisadores, recebem avaliação constante via ação do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e instituições regionais como as Fundações de Amparo à Pesquisa dos Estados (FAPERGS e FAPESP, por exemplo). (Franco e Morosini, 1992)

O que é novo em verdade é “a forma e a intensidade com que vem se debatendo a questão” (Neves, 1993). A discussão do que e do como avaliar a universidade brasileira é tão importante como o destino que vai se dar aos resultados do processo. Tal preocupação, considerando as “normais” tensões entre Estado e Universidade não deixaram de ser consideradas pela ANDES (Associação Nacional de Docentes) ao propor, mediante estudos específicos (Luce 1979) a Avaliação Institucional já em 1982. Com essa finalidade em 1983, o Ministério da Educação instituiu o PARU (Programa de Avaliação da Reforma Universitária). Este programa vigorou até 1986 sem maior expressão política. Porém, a partir deste ano, o Ministério da Educação cria o Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior (GERES) que tinha entre seus componentes, acadêmicos, burocratas do governo e empresários. O GERES propôs ao Ministério um programa de reformulação do Ensino Superior que, em última análise, através da avaliação, pretendia ranquear as instituições, distinguindo-as quanto às funções realizadas. A comunidade acadêmica, sentindo-se ameaçada com a proposta, enviou ao MEC, em posição nitidamente

4 O Brasil com um PNB de US\$ 447.339 mil milhões encontra-se entre as 10 maiores economias do mundo. Possui um território de 5.511.996 Km² e uma população de 153.160.000 habitantes (taxa de crescimento de 1,9%). O sistema de ensino superior brasileiro engloba 99 Universidades (60% públicas e 40% privadas) e 794 Instituições de Ensino Superior - IES - (10% públicas e 90% privadas). As Universidades e IES públicas podem ser federais, estaduais ou municipais e as privadas podem ser confessionais, comunitárias, sem fins lucrativos, ou instituições de capital privado com fins lucrativos. O sistema é regulado pelo Ministério de Educação e do Desporto através de medidas que envolvem desde a autorização para funcionamento de Cursos de Graduação (CFE), credenciamento de Cursos de Pós-Graduação (Capes) até o controle via informações gerenciais, de patrimônio e finanças (SIG) específico das instituições públicas federais e a concessão e controle de aportes financeiros. No sistema de ensino superior brasileiro estão matriculados 1.594.668 estudantes, 38.316 em programas de Mestrado e 18.516 em Doutorado (1993) BRASIL/MEC Anuário Estatístico 1991, Brasília MEC, 1993; IBGE - Mercosul. Sinopse Estatística 1993 vol I.

te **reativa**, projetos substitutivos (ANDES, CRUB) e desencadeou um amplo debate nacional sobre a avaliação e o projeto GERES.

Do incidente, que terminou abortando o projeto governamental, três posições emergiram: a do próprio governo especificando uma “avaliação com a participação da comunidade”; a do movimento docente (ANDES) com “mecanismos democráticos, transparentes e legítimos de avaliação sistemática de atividades” levando em conta “os compromissos da Universidade com a sociedade e o padrão de qualidade da universidade brasileira”; a dos Reitores (CRUB) vinculando autonomia com avaliação em um processo aberto, de conhecimento do público, incluindo avaliação de desempenho (CRUB, 1987; Oliven, Leite, Morosini e Martini, 1987).

Se bem não tenha a avaliação sobre o sistema de ensino superior sido estabelecida, a partir de 1988 o Ministério da Educação estuda a avaliação de custos das Instituições Federais de Ensino Superior (Portaria 278-MEC/SESU, de 08.06.88 - Comissão de Apropriação de Custos da IFES). E, no ano seguinte, promove o debate amplo da avaliação, com o apoio do British Council, através do Seminário “Institutional Evaluation in Higher Education” realizado em abril de 1989 em Brasília.

Isoladamente, as Instituições começam a organizar seu próprios processos de avaliação institucional: Universidade de Brasília - 1987; Universidade Federal do Paraná - 1988; Universidade de São Paulo - 1988, entre outras.

Na época, sucedem-se os encontros para o estudo da avaliação⁵. Projetos sobre questões específicas de avaliação são realizados por diferentes universidades a exemplo do que o faz a UFRGS sobre Evasão (UFRGS/PROPLAN, 1991). Paul, Ribeiro e Pilatti (1992) categorizam as inúmeras experiências surgidas na década de 80 como: avaliação diagnóstica e/ou acompanhamento e/ou uso de indicadores nas dimensões da instituição, dos cursos e do ensino de graduação em geral. Na mesma época surgem os Anuários Estatísticos das Universidades que, de forma sistemática, liberam para a opinião pública, dados, gráficos e indicadores sobre a vida acadêmica.

Não poderia deixar de ser registrado, pelo impacto que teve na comunidade acadêmica, o trabalho de Saul (1988), Avaliação Emancipatória que, tratando de uma experiência específica, realizada em um programa de pós-gra-

duação mostra a perspectiva possível de uma forma avaliativa institucional crítica e transformadora.

Com ações isoladas, a idéia de avaliação vai se consolidando. Em 1990, o Ministério da Educação toma a iniciativa de estudar o uso de indicadores de qualidade. Constitui uma comissão (Comissão Coordenadora das Atividades de Fomento à Melhoria do Processo de Gerenciamento das IFES) que faz a proposta de um conjunto básico de indicadores, a serem utilizados pelas universidades. Promove em 1992, a vinda da British Council Mission/UFC/PCFC realizando em Brasília um Seminário de Avaliação Institucional para o qual convida os mais importantes dirigentes das universidades brasileiras. Entre os presentes, de parte da BC Mission, encontra-se o Professor Greame Davies, Chief Executive do UFC. São realizados encontros com o Professor Davies em outras capitais do país reunindo altos dirigentes universitários. O sistema de avaliação britânico já conhecido pelo Seminário de 1989 e agora explicitado em 1992, parece ser o modelo do Ministério para Avaliação Institucional. Especialmente, se considerados forem os objetivos do anterior Projeto GERES e o trabalho com os indicadores de qualidade. Aparentemente, a expectativa do governo seria vincular avaliação e financiamento público disciplinando o diversificado sistema de aportes financeiros ao ensino superior do país.

Na época, Durham (1990), analisando o sistema europeu de avaliação refere entre outros tópicos a redução dos recursos públicos para o ensino superior e as pressões externas sobre as universidades tanto de parte dos governos como dos estudantes e setor produtivo. “Os processos de avaliação, diz ela, aparecem nesse contexto, como instrumentos fundamentais, usados tanto internamente pela direção das próprias instituições como externamente pelo governo no sentido de estimular inovações e **orientá-las em direções determinadas**” (grifo meu) (Durham, 1990 p.55). Ao final da década de 80 e início de 90, torna-se freqüente, na mídia escrita e eletrônica, a crítica às Universidades e ao sistema de ensino superior especialmente público. Entre as matérias que causaram maior impacto figura a lista dos “professores improdutos” da USP, divulgada em 1988 pela Folha de São Paulo; e o artigo da Revista Veja, de maio de 1991.

Com este pano de fundo, pode-se inferir que o movimento, e a pressão pela Avaliação das Universidades, estava maduro. Restava saber, no nível de tensões entre Universidades e Estado qual seria o vetor de maior poder: o “evaluative state”, com “orientação em direção determinada” ou “a universidade da cultura antecipativa”?

Os fatos que se seguiram então, mostram que a “nation at risk” ou o “domestic political regime” sugeridos por Cowen (1996) não foram os elementos norteadores do processo. Porém, foi o possível temor da força do “evaluative state” ampliada pelas “shifts in the world economy” (Cowen) que se impuseram através de políticas neoliberais de condu-

5 “Avaliação da Universidade: buscando uma alternativa democrática”, São Paulo, Botucatu, 1988.

“Seminário Nacional Sobre Avaliação e Ação Supervisora no Ensino Particular Isolado”, DEMEC/RJ, 1988.

“Seminário USP/NUPES/OEA/MEC - Avaliação do Ensino Superior: contexto, experiência, desdobramentos e perspectivas, 1989”

ção da economia, que mobilizaram a comunidade acadêmica.

Na sequência, em janeiro de 1993 o Ministério da Educação recebe uma proposta do Fórum de Pró-Reitores sobre a criação do Programa de Apoio à Avaliação do Ensino de Graduação das Universidades (UFPR/PROGRAD, 1993).

Seis meses depois o Ministério instituiu a Comissão Nacional de Avaliação com representantes dos Reitores das Universidades Federais, Associações das Universidades Públicas Estaduais e Municipais, das Particulares e Confessionais e um Comitê assessor formado por representantes indicados. Cabia à Comissão Nacional propor o sistema brasileiro de avaliação.

De julho a outubro de 1993 a Comissão Nacional de Avaliação sob a Coordenação do Reitor Professor Héglio Trindade (ANDIFES) elabora a Proposta de Avaliação Institucional⁶. “Desse esforço conjugado em nível nacional, sob a inspiração do documento básico da ANDIFES, institucionalizou-se o Programa Nacional de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB)⁷ estabelecendo as bases de um processo construtivo de avaliação. A temática de avaliação - até então polêmica e que colocava as comunidades universitárias em posição de resistência - passava a ser, então, assumida autonomamente pelos Reitores, contribuindo decisivamente para a mudança da cultura institucional das universidades.” (Trindade, 1995)

Programa Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB

O PAIUB surge das bases universitárias. A Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior reivindicou para si a tarefa da Avaliação, adiantando-se ao Estado. Propôs ao Ministério da Educação um Programa de Avaliação que foi aceito. Este Programa se caracteriza por possuir dotação financeira própria, livre adesão das Universidades através da concorrência de projetos e princípios de avaliação coerentes com a posição emancipatória e participativa.

Em essência o programa estabelece três fases centrais para o processo a ser desenvolvido em cada Universidade: Avaliação Interna, Avaliação Externa e Reavaliação.

Com duração média de dois anos, o PAIUB envolve a **Autoavaliação** da Universidade por seus “segmentos

constitutivos”, a **Avaliação Externa** por experts das áreas do conhecimento e/ou provedores de informações da comunidade externa (representantes de sindicatos, de associações profissionais, usuários das profissões e egressos) e a **Reavaliação** que reúne e discute os resultados das fases anteriores estabelecendo ações para melhoria da qualidade dos cursos e restabelecimento de seu projeto pedagógico e de desenvolvimento.

No 1º Ciclo Avaliativo o PAIUB visa dedicar-se ao ensino de Graduação uma vez que a pesquisa e a Pós-Graduação já são sistematicamente avaliados pelo MEC/CAPES/CNPq.

O controle do processo pertence a cada Universidade que livremente aderiu ao Programa e teve seu projeto aprovado pelos pares indicados pela Comissão Nacional de Avaliação. A supervisão do Programa cabe ao SESU/MEC que repassou os recursos através do Comitê Nacional de Avaliação. Para isto, as universidades prestam contas, através de relatórios técnicos e financeiros, das ações desenvolvidas e dos gastos realizados.

Paralelamente ao desenvolvimento dos projetos em cada Universidade ou IES, o Ministério da Educação reúne esporadicamente comissões de estudo para a definição de metodologias comuns de avaliação. Neste momento, estão concluídos os trabalhos de evasão e diplomação no conjunto das universidades públicas. O objetivo é perseguir um linguagem comum que permita não o ranqueamento de instituições, mas o estabelecimento de diagnósticos com unidade e metodologias comuns, do conhecimento de todos. Por outro lado, o PAIUB prevê o uso de indicadores selecionados que servem à Avaliação Interna e Externa e permitem, respeitando a **identidade institucional** e sua **globalidade**, repensar objetivos, compromissos e orientar as mudanças necessárias.

A unidade de análise do PAIUB, no I Ciclo Avaliativo é o curso de Graduação, não o Departamento. O curso de Graduação é visto em suas relações com a pesquisa e a Pós-Graduação, a extensão e a gestão acadêmica. Em cada curso se examinam qualitativamente as relações corpo docente, discente, técnico administrativo, currículo, instalações físicas, laboratórios e bibliotecas e as relações de cada curso com a comunidade externa à Universidade, aí incluído o mercado profissional.

O 1º ciclo avaliativo do PAIUB está em andamento, com ritmos diferenciados. No momento 81 das 130 uni-

6 ANDIFES/Comissão de Avaliação Uma Proposta de Avaliação das Instituições de Ensino Superior. Documento Preliminar. Florianópolis, outubro, 1993.

7 ANDIFES Avaliação Institucional. Brasília, ANDIFES, 1994.

MEC/SESU Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). Brasília, MEC/SESU, 1994.

8 Dentre a totalidade das universidades brasileiras estão realizando avaliação PAIUB: 35 Federais (total de 39), 22 estaduais (total de 26), 3 municipais (total de 3), 20 Confessionais ou Comunitárias (total de 29), 1 particular (33). As Universidades privadas conquanto possam ter seus projetos aprovados e recomendados pelo Comitê Assessor da Comissão Nacional de Avaliação, não podem receber recursos da SESU/MEC.

versidades brasileiras aderiram ao mesmo⁸. Conquanto este programa seja ainda um projeto piloto ele é visto como parte do sistema regular de avaliação.

A seu respeito manifestou Teichler (1994, pág.5) que o PAIUB “- *aiming to serve both accountability and institutional improvement, - choosing both an indicator approach and a self-study/external reviewer approach*”.

Exames Nacionais de Curso e Decreto 2026/96

Para este ano, o Ministério da Educação está implantando o Exame Nacional de Cursos destinado a aferir os conhecimentos e competências obtidos pelos estudantes nos cursos de graduação (Medida Provisória 1018 de 08/06/1995). Inicialmente serão reavaliados pelo chamado Provão os alunos de Administração, Engenharia Civil e Direito. O objetivo deste exame será avaliar o ensino das Universidades e não o estudante que, sem realizá-lo, não obterá seu diploma.

Os Exames Nacionais vêm sendo amplamente divulgados pelo MEC - propaganda em televisão no horário nobre, páginas inteiras de revistas de grande circulação, e comunicação direta com o MEC via Internet (o próprio Ministro responde) e chamadas telefônicas gratuitas. As primeiras provas acontecem em 10 de novembro 1996.

Quase ao final do ano, a comunidade acadêmica foi surpreendida pelo Decreto 2026. Tal normativa sobre “procedimentos de avaliação”, desconhecida dos próprios Reitores presentes no ato da assinatura realizada pelo Presidente da República, estabelece um amplo programa de avaliação que, no seu texto, não refere explicitamente o PAIUB. Pelo Decreto 2026/96 (10 de outubro de 1996) da Presidência da República foram estabelecidos os procedimentos para processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior. No texto especifica-se que os procedimentos envolvem: a) a avaliação do desempenho individual das IFES em ensino, pesquisa e extensão; avaliação do ensino de graduação pelas condições de oferta⁹ deste ensino nos diferentes IFES e pelos resultados dos Exames Nacionais; pela avaliação da pós-graduação por área de conhecimento. Também o sistema em seu desempenho global será avaliado por região, por unidades da federação, por áreas de conhecimento, pelo tipo e natureza das IFES. Os procedimentos incluem neste caso a análise dos “principais” indicadores de desempenho” (Art. 1º, Inciso I).

Tais indicadores são levantados pelo SEDIAE (Secretaria de Avaliação e Informação Educacional) e incluem: a) taxas de escolarização bruta e líquida; b) taxas de disponibilidade e de utilização de vagas para ingresso; c) taxas de evasão e produtividade; d) tempo médio para conclusão dos

cursos; e) índices de qualificação do corpo docente; f) relação média aluno por docente; g) tamanho médio das turmas; h) participação da despesa com ensino superior nas despesas públicas com educação; i) despesas públicas por aluno no ensino superior; j) despesa aluno em relação ao PIB - sistema público e privado; k) proporção de despesa pública com professores.

O Decreto refere a Avaliação Individual das IFES, designada por **Comissão Externa pela SESU**, que deverá avaliar a **administração geral**, a efetividade e a eficiência da gestão - das atividades meio em relação aos objetivos finalísticos; a **administração acadêmica**, entendida esta como gestão de execução dos currículos mais adequados (?), e controle do cumprimento de exigências regimentais bem como dos critérios e avaliação do rendimento do aluno. Neste Artigo 4º, pelo Inciso III, estima-se o **grau de integração social** da IFES a partir de sua inserção na comunidade local e regional (extensão e prestação de serviços). Há um item final que diz respeito à avaliação de **produtividade dos docentes qualificados** em relação ao seu regime de trabalho na instituição. Para bem cumprir estas tarefas os avaliadores externos considerarão a auto-avaliação das IFES, a avaliação das comissões de especialistas (MEC), os exames nacionais, as avaliações CAPES, e os indicadores SEDIAE, acima referidos.

A CAPES (Art. 7º) continuará realizando a avaliação da Pós-Graduação como tradicionalmente o fez.

Com relação à avaliação específica da graduação, o Decreto salienta a análise de indicadores estabelecidos pela comissão de especialistas de ensino, os resultados dos exames nacionais e os indicadores SEDIAE. Esta avaliação vai ser procedida pelo SESU, através das Comissões de Especialistas. No Parágrafo único do Artigo 5º em referência, faz-se destaque a análise da situação da área de atuação (?) acadêmica ou profissional quanto ao estado da arte na área, no contexto internacional e no contexto do mercado de trabalho nacional.

Considerações

Pelo exposto, infere-se que as relações Estado-Universidade ainda não estão em nível de equilíbrio com relação à avaliação. Se bem tenha a comunidade universitária através do PAIUB, tomando a si o encargo, expressando ao fazê-lo uma **cultura antecipativa**, não se pode afirmar que mantenha a hegemonia do processo, preservando a sua autonomia. O Estado, via Ministério, segundo Ristoff afirmou em 1995, tinha pelo menos cinco projetos de avaliação que, de uma forma ou outra, poderiam reeditar a vinculação de resultados de avaliação com financiamento e recursos.

Os projetos reguladores estão contemplados no Decreto 2026 e a Medida Provisória 1018 que instituem o chamado Provão.

9 Organização didático-pedagógica, instalações físicas gerais e especiais, qualificação docente e bibliotecas.

A forma como tais instrumentos normativos foram estabelecidos, desconsiderando o interesse da comunidade acadêmica em auto avaliar-se, fora do modelo neo-liberal, regulador, o desconhecimento dos textos normativos pelos próprios Reitores e pela Comissão Nacional de Avaliação e seu Comitê Assessor, mostram um duplo jogo. Em verdade o Estado parece desejar a **cultura da submissão**. Age, pois, como colonizador impondo seus decretos, criando Secretarias de Avaliação, comissões de elaboração de provas e avaliação de exames. Por outro lado, acolhe o PAIUB, destina recursos e mantém em funcionando um Comitê Assessor PAIUB em diálogo com a ANDIFES e as demais Associações.

O Estado Avaliativo mostra-se, assim, ambíguo, porém, burocrata por excelência, resolvendo no papel e na avaliação de resultados, os históricos problemas do ensino superior brasileiro. Isto faz ressuscitar os apagados compêndios marxistas que mostram a burocracia protegendo uma generalidade imaginária de interesses que seriam aqueles do Estado e das classes dominantes e que idolatra a autoridade e faz dela a sua ciência. Sem dúvida, a avaliação extrapolou o simples fato de ser um organizador qualificado que permite ver com objetividade os problemas, os pontos fortes e fracos das Universidades com vistas à correção de trajetórias. A avaliação do MEC é um instrumento de poder político muito forte que está sendo devidamente aplicado com fins que, certamente, não coincidem com os propósitos e as ações emancipatórias, preservadas da autonomia universitária que o PAIUB comprovou ser viável em sua prática.

AValiação INSTITUCIONAL NO CHILE¹⁰

Antecedentes

Em Chile a avaliação é vista como um dos primeiros eixos em torno dos quais se devem estruturar as relações Estado, Universidade e Sociedade. (Brunner, 1993)

10 O Chile com um PNB de US\$ 37,1 mil milhões possui um território de 756,626 Km² e uma população de 13.813.224 habitantes. O sistema de ensino superior chileno engloba 60 Universidades, 82 Institutos Profissionais e 156 Centros de Treinamento Técnico. Todo o sistema é pago (Reforma de 1980) porém, o aporte de fundos públicos pode ser conferido tanto às unidades públicas como às privadas. As Instituições devem prover o autofinanciamento institucional. O Estado oferece crédito educativo. Parte dos fundos públicos estão condicionados à fórmula dos melhores estudantes avaliados por exames estandarizados. A partir de 1990 o sistema é regulado pelo Conselho Superior de Educação, órgão público autônomo presidido pelo Ministro da Educação. No sistema de Ensino Superior chileno estão matriculados 285.399 estudantes (1992). The Europa World Year Book, 1994 V. I Europe Publications Limited, London, 1994

No país destacam-se procedimentos de reconhecimento de cursos (acreditação) e de avaliação no contexto de melhoria da qualidade da educação. A questão da avaliação do sistema de Educação se insere pois no marco do MECE - Programa de Melhoria da Qualidade da Educação - que perpassa todo o sistema desde a pré-escola e que inclui a realização de exames estandarizados anuais para o ensino médio (Zurita, 1992).

Há que distinguir aqui a Reforma de 1980 que promoveu a iniciativa privada diminuindo o número de exigências para a criação de novas instituições e reduziu o poder institucional das universidades públicas tradicionais (Brunner, 1993). Universidades estas, que por força do governo militar, já haviam perdido sua autonomia em 1973. Pela Reforma de 1990 o governo, democraticamente eleito, estabelece o Conselho Superior de Educação com a função de credenciar as novas Universidades privadas e Institutos Profissionais estabelecendo um sistema de "valorização institucional temporal" (revisão periódica uma vez ao ano, durante 6 anos).

Deve ser lembrado que o país desenvolve, desde 1980, um sistema de reconhecimento de instituições que eram examinadas, quando da solicitação da licença para funcionamento, por uma outra universidade experiente (dentre 8 tradicionais ou 14 novas instituições públicas). A avaliação correspondia a um contrato privado entre as duas instituições sem interferência do governo. Depois de aprovada, a instituição solicitante, se tornava autônoma.

Depois de 1990 a acreditação das novas instituições passou a ser outorgada pelo CSE mediante aprovação do projeto acadêmico da nova unidade, aí incluída a avaliação anual e a periódica, das condições de funcionamento. (Allard, 1993 e Lemaitre, 1993)

Avaliação Institucional

A proposta do Comitê Assessor do ME composto por 21 membros prevê a melhoria da qualidade e eficácia do sistema de ensino superior, supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação Superior.

A participação na avaliação é de livre adesão das instituições, porém, favorecerá os incentivos financeiros advindos do Estado através do Fundo de Desenvolvimento Institucional. As bolsas de estudos seriam preferenciais às instituições que optam pela avaliação.

Os procedimentos de avaliação incluem uma Auto-avaliação anual e Avaliação Externa por pares, com visitas locais e realizadas em intervalos de cinco anos. Os resultados seriam divulgados em informe confidencial para as instituições e de forma parcial ou resumida para o público. (Brunner, 1993)

Considerações

Ao defender a proposta de avaliação contida na Lei Geral de Educação Superior, Brunner (1990) refere que o procedimento de acreditação das novas universidades envolve a

Auto-avaliação e se confirma pelo juízo de pares e *experts*. Em termos das instituições serviria à melhoria de sua qualidade acadêmica e ao Estado para orientar a distribuição de recursos.

A meta seria balancear procedimentos corporativos e públicos de regulação do sistema.

Considerando estas informações e a prática do “silêncio” que parece ter prevalecido no sistema acadêmico pelo longo período discricionário (as contestações se existem não estão publicadas em periódicos de larga circulação) pode-se inferir uma **cultura da submissão** por parte do meio acadêmico. Sem dúvida, o estado avaliativo está presente, produto de um “regime político” de exceção, combinado com as “shifts in the world economy” como sugere Cowen.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO MÉXICO¹¹

Antecedentes

A avaliação da educação superior no México é um processo que nasce junto com as ações planificadoras, final dos anos 80, do sistema nacional de planejamento da educação superior. Os processos de avaliação são entendidos como complemento necessário às ações de planejamento (CIEES, 1993; Arredondo, 1993).

A coordenação do sistema (CONPES), formada por representantes do Estado e das instituições de ensino superior (tecnológicas e universidades) em 1989, instalou a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAEVA), também constituída da mesma forma colegiada: representantes do governo e das universidades.

No ano seguinte, 1990, os reitores integrantes da Associação Nacional de Universidades e Institutos de Ensino Superior (ANUIES) propuseram ao CONAEVA a constituição de um sistema de avaliação institucional. Na proposta, três etapas foram encaminhadas: a **auto-avaliação**, realizada pelas próprias instituições; a **avaliação interinstitucional** realizada pelos Comitês de Avaliação Interinstitucional e a **Avaliação Global** do sistema realizada pela própria ANUIES com o concurso da Subsecretaria de Educação Superior e Investigação Científica (SESIC), a Subsecretaria de Educação e Investigação Tecnológica

(SEIT) e o Conselho do Sistema Nacional de Educação Tecnológica (COSNET).

Avaliação Institucional

Ao CONAEVA coube a liderança do processo de Avaliação Institucional. O primeiro documento sobre avaliação produzido, reconhece a diversificação das instituições e a diversidade da “vocação” dessas instituições.

Desta forma, a avaliação proposta deveria evitar a) uniformidade de tratamentos, e b) uso de um único paradigma geral aplicável a todas as instituições. O documento especificava que os parâmetros estabelecidos pelo CONAEVA eram ilustrativos, cada instituição definiria os seus. A própria ANUIES realizou encontros regionais para discutir o documento. Ao final, houve acordo geral de que as instituições responderiam ao instrumento CONAEVA e posteriormente realizariam avaliação externa. (Castañares, 1993 sobre pronunciamento realizado em 1991)

Desta forma em 1990, ainda, todas as instituições lideradas pelo ANUIES realizaram sua **auto-avaliação**. Os relatórios de avaliação foram enviados ao CONAEVA e os programas de melhoramentos decorrentes foram enviados à Secretaria de Educação Pública. Recursos, tempo, falta de cultura institucional de avaliação geraram informes incompletos. (Castañares, 1993)

Analisando estes informes a CONAEVA liderou reuniões regionais (7) para proporcionar *feedback* sobre a primeira etapa e organizar metodologicamente a próxima fase. Todas as instituições públicas que entregaram seus informes receberam recursos extraordinários para seus projetos de planejamento estratégico. (Arredondo, 1993)

A etapa seguinte - **avaliação externa interinstitucional** - tinha como princípio o reconhecimento e a valorização de qualidade dos processos e resultados obtidos pelas instituições, guardadas as diferenças e especificidades das áreas do conhecimento. Porém, diferentemente da primeira fase, a avaliação externa foi concebida como elemento de “comparação do existente com determinados modelos, paradigmas ou parâmetros que constituem o dever ser das metas desejadas” (CIEES, 1993 p. 4). Propuseram-se **Comitês Avaliadores** para cada uma das seis áreas do conhecimento: ciências naturais e exatas; saúde; engenharia e tecnológicos; agropecuária; ciências humanas e administrativas. A estes comitês se acrescentaram dois outros: o de gestão e administração e o de extensão e difusão cultural. Em 1991 a Secretaria de Educação Pública, órgão governamental, instalou os primeiros comitês das áreas “hard”, e em 1993 os outros quatro comitês (áreas “soft”). Cada comitê é formado por nove acadêmicos (peer review), um expert da área proveniente do setor produtivo ou social. Os comitês externos de avaliação realizam suas tarefas produzindo relatórios com recomendações aos responsáveis das Universidades.

11 México com PNB de US\$ 294.8 mil milhões, com 81.249645 milhões de habitantes em um território de 1.958.201 Km². O sistema de educação superior envolve três subsistemas: universitário, o tecnológico e o pedagógico. As instituições públicas (154) englobam 44 Universidades e 89 instituições tecnológicas. As instituições universitárias são autônomas pela Constituição. No Sistema Político do Estado Mexicano estão matriculados 3.961.000 estudantes (1992). The Europa World Year Book, 1994 V. I Europe Publications Limited, London, 1994. Anuário Estatístico Do America Latina Y El Caribe Edición, 1994 Chile, Comissão Economica para America Latina y el Caribe, 1994

O sistema avaliativo se completa com o FOMES (Fondo para modernizar la Educación Superior), o programa da carreira docente (1992), o fomento à investigação através do CONACYT, os CIEES, comitês interinstitucionais de avaliação e o CENEVAR, encarregado de avaliar os egressos do sistema educativo (Huguet, 1995).

Considerações

Como todo processo de avaliação instalado em uma instituição onde a cultura da avaliação ainda não está presente, também no México houve reações por parte do meio acadêmico. Dentre estas, a tendência desqualificadora de processos avaliativos que envolvem finalidades de distribuição de recursos, foi criticada por Ibarrola (1992) ao estudar especialmente a avaliação docente e o trabalho acadêmico.

Contudo, a avaliação no México deve ser enfocada no marco das relações recentes de criação do NAFTA (American Free Trade Agreement) onde a melhoria da qualidade da educação superior e da pesquisa constitui a chave para a internacionalização e cooperação no setor educativo. Considera-se importante a compatibilização dos sistemas, das formas de funcionamento, currículos, títulos e graus, tendo em vista os processos de integração do Norte da América (Espinosa, 1994). Neste sentido, a proposta de avaliação mexicana estaria inserida no "nation at risk" e nas "shifts in the world economy". Possivelmente a cultura presente no meio acadêmico seja do tipo **reativa** com aceitação e modificação das decisões emanadas de órgãos centrais, associada à **antecipativa** se se analisar a forma pela qual os próprios reitores das universidades públicas propõem o exercício da avaliação. Ainda que esta seja considerada uma "gentle evaluation" por parte de alguns acadêmicos como Kent (1993).

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO URUGUAI¹²

Conquanto neste país a avaliação institucional não seja ainda um fato, caberia registrar que a discussão sobre a

função pública da universidade uruguaia inclui a discussão sobre avaliação.

"A avaliação pode constituir um insumo significativo no complexo processo de revalidar na Universidade, a provada compatibilidade entre os princípios da autonomia e os da responsabilidade pública, em um momento no qual a sociedade se pergunta sobre o destino dos caudais que inverte na educação e sobre sua correta aplicação". (Landinelli, 1994 p. 241)

Tal como em outros países do Sul da América, as relações Estado-Universidade-Sociedade também estão tensionadas. Antecipativamente os acadêmicos, como Landinelli (1994), afirmam que as prioridades da Universidade não podem ser idênticas às do mercado pois estão distantes do projeto de educação neoliberal. O caráter autônomo da Universidade uruguaia, com plena liberdade de cátedra, organização colegiada via congresso tripartite de docentes, estudantes e egressos, faz antever que os processos de avaliação institucional que vierem a ser instalados deverão reconhecer a originalidade organizativa do sistema e as competências da Universidade.

CONCLUSÕES

Ao analisar os processos de avaliação institucional realizados em países da América Latina algumas considerações podem ser feitas.

O Estado Avaliativo que surge por força da reordenação capitalista, tenta imprimir uma lógica empresarial na condução de suas relações com as Universidades. Estas relações tornam-se tensas pois os acadêmicos vêem a Universidade como instituição "trabalho-intensiva" e não "capital-intensivo", para usar a expressão de Boaventura Santos (1994). Por outro lado, os acadêmicos temem o emprego indiscriminado da lógica do mercado, neoliberal, em sociedades assimétricas onde as diferenças sociais tenderiam a se acentuar. As vantagens comparativas em relação ao primeiro mundo, quanto aos processos de integração econômica via globalização da economia, que acentuariam a interdependência dos países, estão sendo substituídas pela nítida compreensão da maior dependência existente que é a científico-tecnológica.

Os acadêmicos reagem, pois, aos programas de avaliação quando eles surgem por força do poder político e econômico e da burocracia do Estado, impondo um processo competitivo de avaliação vinculado ao acesso a recursos públicos (modelo inglês). Por força de **culturas antecipativas** se opõem às proposições feitas, usando para o confronto suas armas corporativas. Estas armas, construídas na prática das lutas sindicais, aliam poder intelectual-político e, fazem surgir novas propostas avaliativas.

12 Uruguai com PNB de US\$ 12.663 mil milhões possui 3.149.000 habitantes em um território de 176.215 Km². A educação superior é dada na Universidade da República, instituição pública estatal com 13 faculdades, 1 Instituto e 2 Escolas na UCDAL, instituição privada confessional que está ministrando o ensino superior desde 1985. A autonomia da Universidade, que concentra a formação profissional e a investigação do país, é garantida pela Lei Orgânica de 1958. O co-governo tripartite de docentes, estudantes e egressos caracteriza a originalidade de gestão que é regulada por eleições periódicas. Na Universidade da República estão matriculados 64.000 estudantes. Anuário Estatístico Do America Latina Y El Caribe Edición, 1994 Chile, Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 1994. IBGE - Mercosul. Sinopse Estatística 1993 vol I.

Neste espaço, os movimentos das associações dos reitores das Universidades públicas em especial, caso da ANDIFES no Brasil, assumem a proposta da avaliação, programa PAIUB, aqui descrito. Através da ANUIES no México houve a criação da CONAEVA. Porém, no Chile e na Argentina estes movimentos ainda não mostraram a sua força na proposição de outras modalidades de avaliação. Pelo que parece, estes países e o Uruguai também, estão reagindo

(**cultura reativa**) às propostas avaliativas do Estado.

Quer isto dizer que haveria um modelo de avaliação na América Latina?

Em verdade, não um modelo, mas um modo próprio de encarar o processo, de antecipar-se à lógica predominante e, considerando as diversidades, garantir exatamente o respeito às diferenças institucionais, existentes em sociedades intrínseca e historicamente assimétricas.

Referências bibliográficas

- ALLARD, R. Acreditación y Evaluación Institucional la Situación en Chile. In: CINDA. **Acreditación Universitaria en America Latina**. Santiago de Chile, 1993.
- ANDIFES **Avaliação Institucional**. Brasília, ANDIFES, 1994.
- ANDIFES/Comissão de Avaliação **Uma Proposta de Avaliação das Instituições de Ensino Superior. Documento Preliminar**. Florianópolis, outubro, 1993.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO do AMERICA LATINA Y EL CARIBE EDICIÓN, 1994 Chile, Comission Economica para America Latina y el Caribe, 1994
- ARREDONDO, Victor. El caso Mexicano In: Vessuri, H. **La evaluación académica**. Vol. 2. Paris, CRE/UNESCO, 1993.
- BRASIL/MEC **Anuário Estatístico** 1991, Brasília MEC, 1993.
- BRUNNER, J.J. Chile's Higher Education between market and state. **Higher Education**, 25: 35-43, 1993
- BRUNNER, J.J. **Educación Superior en America Latina**. Cambios y desafios. Chile, Fondo de Cultura, 1990.
- BRUNNER, J.J. Educación Superior en Chile: fundamentos de una propuesta. **Educacion Superior y Sociedad**. Vol.2, nº 2 : 94-111, 1990.
- BRUNNER, J.J. El Caso Chileno. In: Vessuri, H. Ed. **La Evaluación Académica. Enfoques y experiencias**. Serie Documentos Columbus, Vol.2, CRE, UNESCO, 1993.
- BRUNNER, J.J. Evaluación y financiamiento de la Educación Superior en America Latina, Bases para um Novo Contrato Social. In: CINDA. **Acreditación Universitaria en America Latina**. Santiago de Chile, 1993.
- CASTAÑARES, G. C. Notas sobre el proceso de creación de un sistema de acreditación de las instituciones de educación superior en Mexico. In: CINDA **Acreditación Universitaria en America Latina**. Antecedentes y experiencias. Santiago de Chile, 1993.
- CIEES. La evaluación interinstitucional de la educación superior en Mexico. Série **Evaluación Educativa**, nº 9, 15 enero 1993. Mexico, CIEES/CONAEVA, 1993
- CINDA (Org.) **Acreditación Universitaria en America Latina**. Antecedentes y experiencias. Santiago de Chile, 1993.
- COWEN, R. (Ed.) *World Yearbook of Education. The Evaluation of Higher Education Systems*. London: Kogan Page, 1996.
- CRUB **Estudos e Debates** 13. **Reforma Universitária**. Propostas e Controvérsias. Brasília, CRUB, 1987
- DURHAM, Eunice Avaliação e relações com o setor produtivo: novas tendências no Ensino Superior europeu. **Educação Brasileira**. Brasília, 12 (24): 37-64, 1º Grau 1990. (Versão inglesa publicada na Revista CRE-Action do Conselho de Reitores Europeus)
- ESPINOSA, Elia M. La integración economica de America del Norte y la integración universitaria: la perspectiva mexicana. In: Morosini, M. **Universidade no Mercosul**, São Paulo, Cortez, 1994.
- FRANCO, M. E. & MOROSINI, M.C. Social Pressures and University Responses: The Role of Institutional Evaluation. **Higher Education Policy**. Vol. 5, nº 3, 1992.
- FRANCO, M. E.; LEITE, D. & MOROSINI, M.C. **University Culture and State Interferences: a brazilian case**. 15th International Conference: Improving University Teaching. Vancouver, Canadá. Proceedings: 723-32, 1989.
- HUGUET, Antônio Gage. *Experiencias recientes en la evaluación del sistema educativo mexicano. Seminário Internacional de Avaliação*. Reunião CRUB. Recife, 1995.

- IBARROLA, Maria de. La evaluación del trabajo académico desde la perspectiva del desarrollo sui generis de la educación superior en Mexico. Serie **Evaluación Educativa**, nº 7, diciembre, 15, 1992. Mexico, CIEES/CONAEVA, 1992
- IBGE - **Mercosul**. Sinopse Estatística 1993 vol I. Rio de Janeiro 1994.
- KENT, R. Higher Education in Mexico: From Unregulated Expansion to Evaluation. **Higher Education**, 25: 73-83, 1993.
- LANDINELLI, Jorge. La función publica de la universidad uruguaia. In: Morosini, M. **Universidade no Mercosul**, São Paulo, Cortez, 1994.
- LANDINELLI, Jorge. Sistema universitario uruguayo: situación actual. In: Morosini M. e Leite D. **Universidade e Integração no Cone Sul**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1992.
- LEITE, D. & BORDAS, M. Avaliação na UFRGS: A qualidade da diferença e a diferença de qualidade, **Educación Superior y Sociedad** Venezuela, CRESALC/UNESCO, 1995.
- LEITE, D. & FIGUEIREDO, M. *Institucional Evaluation in Latin América*. In: COWEN, R. (Ed.) *World Yearbook of Education. The Evaluation of Higher Education Systems*. London: Kogan Page, 1996.
- LEMAITRE, M. El Sistema de Acreditación y el Consejo Superior de Educación. In: CINDA. **Acreditación Universitaria en America Latina**. Santiago de Chile, 1993.
- LUCE, Maria Beatriz Moreira. **An Assessment of Criteria to Evaluate The Graduate Education Program in Brazil**. East Lansing: Michigan State University, 1979. 155p. Tese (Doutorado em Filosofia) - Michigan State University, 1979.
- MARQUIS, C. & PORTA, L. Analisis de la situación Universitaria Argentina. In: Morosini e Leite **Universidade e Integração no Cone Sul**, Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1992.
- MARQUIS, Carlos. La Situación Argentina, 1993. In: Morosini, M.C. **Universidade no Mercosul**. São Paulo, Cortez, 1994.
- MEC/SESU **Programa de Avaliação Institucional** das Universidades Brasileiras (PAIUB). Brasília, MEC/SESU, 1994.
- MOLLIS, M. La Evaluación de la Calidad Universitaria en Argentina. In: Morosini, M.C. **Universidade no Mercosul**. São Paulo, Cortez, 1994.
- NEAVE, G. On the cultivation of quality, efficiency and enterprise: an overview of recent trends in higher education in Western Europe, 1986-1988. In: **European Journal of Education-Research**, Development and Policies. V.223, nº 1, 2. 1988
- NEVES, Clarissa E. B. Avaliação Acadêmica: instrumentos para a melhoria da qualidade universitária. **Revista do SINPRO/RS** Porto Alegre, novembro 1993.
- OLIVEN, A., LEITE, D. et alii Universidade Brasileira. Indústria do conhecimento ou consciência das comunidades? **Educação Brasileira**. Brasília, CRUB, Ano VIII nº 19: 113-138 2º semestre 1987
- PAUL, Jean-Jaques; RIBEIRO, Z. e PILLATI, O. As iniciativas e as experiências de Avaliação do Ensino Superior: Balanço crítico. In: Durham, Eunice e Schwarzmman, S. (Orgs) **Avaliação do Ensino Superior** S. Paulo, USP, 1992.
- RISTOFF, D. Ilvo. **Palestra de abertura**. Seminário Regional de diálogo Institucional. Porto Alegre: Regional RS/ANDES, junho de 1995.
- SANTOS, Boaventura. **Pela mão de alicé. O social e o político na pós-modernidade**. Porto, Portugal, Ed. Afrontamento, 1994.
- SAUL, A. M. **Avaliação Emancipatória**. S. Paulo, Cortez, 1988.
- TEICHLER, Urich; WINKLER, Helmut **Contributions to the Meeting on Institutional Evaluation of Brazilian Universities**. Rio de Janeiro, Seminário ANUP p. 26-28 fevereiro de 1994.
- The Europa World Year Book**, 1994 V. I Europe Publications Limited, London, 1994
- TRINDADE, Hégio. O Novo Contexto da Avaliação nas Universidades Federais. **Revista Proposições**, Campinas, SP, nº 16, maio 1995.
- UFPR/Prograd **Programa de Apoio à Avaliação do Ensino de Graduação nas Universidades Brasileiras** (anteprojeto e carta de encaminhamento de Maria Amélia Zainko). Curitiba, 13/01/1993.
- UFRGS/PROPLAN - **Evasão dos Cursos de Graduação da UFRGS em 1985, 1986, 1987**. Porto Alegre, UFRGS, 1991.
- ZAINKO, M. A. **Relatório Geral do projeto de Avaliação Institucional**. Curitiba, UFPR, 1990.
- ZURITA, R. La Docencia Universitaria y los Ciclos Básicos en Chile. Santiago de Chile, CPU, 1992.